BOLETIM
INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP

SENAR PARANÁ

FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

SINDICATO RURAL

Ano XXIV nº 1333 - 22/02/2016 a 28/02/2016

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

LOGÍSTICA

UM CAMINHO PARA AS ESTRADAS RURAIS

Leite
Margem do produtor é a menor desde 2009

Hortaliças
Você está preparado para a rotulagem?

CAR
CADASTRO AMBIENTAL RURAL

FALTAM 74 DIAS PARA O TÉRMINO DO PRAZO

www.sistemafaep.org.br

Aos Leitores

O objetivo principal do produtor rural pode ser reduzido a uma frase curta: produzir mais e melhor. Mas mesmo que ele faça o possível e o impossível para melhorar sua produtividade, ele não tem certeza de ganhos porque há outros fatores que se colocam entre ele e seus lucros. Há o mercado internacional e o ambiente econômico nacional, por exemplo. Esses são fatores do jogo – às vezes jogam contra, às vezes contribuem para um bom resultado. Mas há um fator que sempre tem prejudicado o produtor: a carência de infraestrutura logística.

Faltam-nos boas estradas, ferrovias, hidrovias, eficiência nos portos. O Sistema FAEP/SENAR-PR tem feito o possível para revelar essas ineficiências e aponta caminhos para revertê-las. Neste Boletim Informativo, temos algumas notícias alvissareiras nessa área. A primeira o leitor encontra logo na próxima página: um decreto federal alterou (finalmente!) os limites do porto de Paranaguá, de forma a permitir investimentos privados na região – uma luta de anos dos agropecuaristas paranaenses, que a FAEP influenciou de forma importante.

A outra é a experiência de produtores da região de Toledo, que passaram quase incólumes ao desastre provocado pelas chuvas do início do ano. O segredo deles é uma fórmula de coparticipação com o poder público, que permite ter asfalto até a porta de muitas propriedades. A adoção de programas como esse poderia render frutos em todo o Estado.

E há muito mais nas próximas páginas.

Boa leitura!

Índice

Logística / Porto	03
Logística / Estradas Rurais	04
Cadeia Láctea	08
Conseleite	13
Rotulagem	14
História / Oswaldo Cruz	16
Exportações	18
Mercado	20
Sustentabilidade	22
CAR	23
Previdência Social Rural / Fundepec	24
Show Rural / Nota	26
Show Rural / Caravanas	27
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná
Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal** : Sebastião Olimpio Santaroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR I Administração Regional do Estado do PR
Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal: Sebastião Olimpio Santaroza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Editor:** Franco Iacomini | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da edição 1333:
Fernando Santos, Arivonil Policarpo, Milton Dória, Divulgação e Arquivo FAEP

Nova poligonal do porto, vitória do Sistema FAEP

Decreto que altera limites foi publicado em 12 de fevereiro

O novo traçado da poligonal

O governo federal publicou no dia 12 de fevereiro um decreto que alterou as poligonais dos portos de Paranaguá e Antonina. A medida atende a uma exigência da nova Lei dos Portos, de 2013, e está atrasada: a lei, de 2013, ordenava que os limites dos portos fossem revistos no prazo de um ano. Os portos paranaenses estão entre os últimos do país a ter suas poligonais revistas.

A poligonal é uma linha imaginária que traça os limites do porto organizado – ou seja, toda a área do complexo construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação, movimentação e armazenagem de mercadorias. Na prática, a mudança anunciada no dia 12 exclui as áreas destinadas à operação privada, permitindo que sejam concessionadas para novos investidores. Por isso mesmo, a revisão é extremamente positiva para a sociedade paranaense. Ela vai permitir que novos projetos sejam colocados em prática, sem a lentidão característica das iniciativas do setor público brasileiro.

Pelo desenho antigo, o porto organizado espraiava-se por boa parte do município de Paranaguá, incluindo ilhas como a do Mel, e uma porção do município de Pontal do Paraná. Nesse território, apenas a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), empresa pública que gere o porto, poderia investir nesses locais. Agora, eles poderão receber instalações como terminais de uso privado, estações de transbordo de carga, serviços portuários de pequeno porte e serviços de turismo, mediante autorização do governo federal. "Vai ser mais fácil para a iniciativa privada investir na ampliação da capacidade do sistema logístico de Paranaguá. O benefício em competitividade será enorme para todo o Paraná, em especial para o produtor rural, cujas mercadorias são exportadas por lá", comemora o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

O superintendente da Appa segue na mesma linha. "É uma medida que vai alavancar investimentos de novas empresas para melhorar a logística, gerar mais empregos e renda para as cidades e possibilitar que o Brasil continue crescendo sem filas de caminhões ou de navios", disse.

A FAEP e o porto

Quando uma ideia é bem-sucedida, surgem para ela muitos pais – gente que reivindica sua autoria ou participação relevante nesse resultado. No caso da revisão da poligonal do porto, políticos e líderes de diversas áreas podem tentar pegar carona na boa notícia, mesmo sem ter brigado tanto assim pelo assunto.

O Sistema FAEP/SENAR-PR está há anos acompanhando e influenciando os personagens envolvidos no processo. Estava lá em 2012, quando a Appa contratou uma consultoria para tratar do zoneamento do porto organizado, que incluiu discussões sobre a poligonal e foi submetido à discussão pela comunidade portuária.

A FAEP faz isso por puro interesse: praticamente toda a exportação dos produtores rurais paranaenses passa pelo porto, e é do interesse deles que esse canal seja eficiente, competitivo e barato.

Sim, é possível!

Experiência de Toledo mostra que, com a participação do produtor e do poder público, dá para melhorar o transporte na área rural

Por Hemely Cardoso

Ano a ano, o produtor rural está buscando a modernização da porteira adentro para atingir níveis de tecnologia e sustentabilidade compatíveis com as exigências do mercado. No entanto, ele enfrenta obstáculos para escoar a produção. Os gargalos logísticos, discutidos há anos, continuam sendo os entraves para expandir ainda mais a produção agrícola no país. Na primeira edição do Boletim Informativo deste ano (BI 1331), mostramos os problemas logísticos e estragos provocados pelas chuvas nas últimas semanas de janeiro em todo o Estado.

Enquanto a maioria dos produtores rurais se viu diante de um caos logístico, com pontes caídas, estradas encharcadas e intransitáveis, em Toledo, região Oeste, a situação era bem diferente. Lá, durante o período das chuvas, o tráfego de veículos seguiu normalmente e o escoamento da produção agropecuária não foi prejudicado. Dos 1,4 mil quilômetros de estradas rurais entre os distritos que se interligam ao Centro do município, 316 são asfaltados. Além das vias asfaltadas, os produtores contam com 850 quilômetros de estradas revestidas com pedra britada ou cascalho na área rural. “Transporte não é problema por aqui. Nesses dias de muita chuva, não ocorreu nenhum atraso na entrega de suínos na nossa região”, conta o presidente do Sindicato Rural de Toledo, Nelson Natalino Paludo.

O cenário invejável é resultado da organização e mobilização dos produtores rurais que fizeram uma parceria com a prefeitura para construir estradas na área rural de Toledo. Através de uma iniciativa público-privada, os produtores pagam 1/3 do valor pelo quilômetro de asfalto e o restante fica por conta da prefeitura.

O secretário municipal da Agricultura, José Augusto de Souza, há 16 anos na pasta, explica que o trabalho iniciou em 1997, com a readequação das estradas rurais, interligando 12 comunidades entre si e ao Centro de Toledo. Segundo ele, a ideia era fortalecer ainda mais a atividade agropecuária e melhorar o transporte escolar na região. “Além da questão econômica, pensamos no fato de o jovem, o filho do produtor rural, permanecer na propriedade rural. Com boas estradas e mobilidade, por exemplo, ele pode estudar na cidade e retornar diariamente ao campo”, justifica.

José Augusto lembra que no mesmo ano a Sadia anunciou a transferência do abate de suínos de Ponta Grossa para Toledo,

onde o volume passaria de 3,5 mil animais para 7 mil por dia. “Com isso, nós vimos a necessidade de melhorar as estradas rurais para fazer o escoamento desses suínos”, acrescenta.

De acordo com o secretário, no final de 2003 foi construído o primeiro trecho de asfalto rural no município em um percurso de dois quilômetros, na saída de São Luiz do Oeste em direção a Toledo. “Fizemos um teste”, observa. Dessa forma, uma parte dos recursos financeiros da prefeitura foi destinada para melhorar a mobilidade nas propriedades rurais.

A partir de 2006, a prefeitura adotou o Programa de Asfalto Rural, em que pagava 2/3 pelo que quilômetro de asfalto e o produtor desembolsava o restante. Hoje, o programa se chama Rodovias Rurais, com o custo médio de R$ 320 mil pelo quilômetro de asfalto rural e o grupo de produtores investe cerca de R$ 80 mil. “ O primeiro passo para asfaltar toda a área foi racionalizar os recursos da prefeitura. O contrato é de 20 anos, sendo que a manutenção e os reparos nas rodovias ficam por nossa conta”, observa José Augusto.

O secretário José Augusto de Souza

A organização do produtor rural faz diferença

“Estrada boa significa segurança, praticidade e qualidade de vida”, declara Celso Miguel Porsch. Em 2008, ele e mais um grupo de 49 produtores na comunidade São Minguel se organizaram e arrecadaram recursos para construir um trecho de sete quilômetros na Estrada Rural São Miguel, a 14 quilômetros de Toledo

Na época, a comunidade desembolsou R$ 350 mil e o preço para cada produtor foi fixado de acordo com o número de veículos. “A maioria do pessoal que tinha propriedade na comunidade investiu na construção do asfalto porque visava a economia na manutenção de veículos”, conta, acrescentando que investiu R$ 16 mil e parcelou o valor em três anos.

Segundo ele, o produtor que trabalha com suinicultora, a avicultura e atividade leiteira, por exemplo, precisa de uma estrada com boas condições, principalmente em dias chuvosos, para receber diariamente os insumos na propriedade, assim como escoar a produção. “Isso conscientizou o produtor a colocar a mão no bolso”.

Quando se trata do resultado do investimento, ele resume: “Se fosse para investir novamente na construção de um asfalto rural, certamente todo mundo toparia. E todo mundo ganha”.

O produtor Celso Miguel Porsch na estrada rural São Miguel

Assim como Celso, o produtor Egon Portz, também investiu com um grupo de produtores na construção de um trecho de cinco quilômetros de asfalto rural na Linha 10 de maio. A obra ficou pronta em 2010 e ele gastou R$ 6 mil. “Lembro que, na década de 70, uma das maiores dificuldades em dias de chuva era recepcionar o caminhão, sempre tinha que ter um ‘correntão’ e um cabo de aço”, recorda.

Na linha Gafuri, onde o produtor Nelson Gafuri planta soja e milho numa área de 50 hectares, um novo trecho de 1,6 quilômetros de asfalto rural vai ser construído. Segundo ele, as obras devem começar no início do mês que vem. Para a construção do asfalto, Nelson e mais cinco produtores irão dividir um custo de R$ 100 mil.

O produtor Nelson Natalino Paludo na propriedade: asfalto até a porta de casa

Asfalto chega até a porta de casa

Engana-se quem pensa que investir em construção de asfalto rural é algo somente para grandes produtores. Em Toledo, por exemplo, 90% das propriedades rurais possuem até 50 hectares. “Nós observamos que a maior extensão de asfalto ocorre nas áreas onde há uma maior concentração de pequenas propriedades”, observa Nelson Paludo.

Na propriedade de Paludo, a 14 quilômetros de Toledo, o asfalto chega até a porta de sua casa. Em 2000, ele trocou as pedras irregulares pelo asfalto num trajeto de 150 metros. Além disso, também investiu na construção do trecho da Estrada Rural de São Miguel e na Linha Real, num percurso de três quilômetros de asfalto. “Acredito que a parceria público-privado é fundamental e extremamente importante para garantir a manutenção das nossas estradas. Precisamos evoluir juntos e não há como produzir sem a garantia do escoamento da nossa produção”.

O investimento vale a pena

Os investimentos para melhorar as estradas rurais se refletem diretamente no Valor Bruto de Produção (VBP) de Toledo, que atingiu R$ 1,750 bilhão em 2015, o maior do Paraná. Hoje, o município concentra o maior plantel de suínos, com mais de 1 milhão de cabeças, segundo dados do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab). Somente no ano passado, a suinocultura movimentou R$ 519 milhões no município, que gera em torno de 9 mil empregos diretos e indiretos.

A avicultura, segunda maior atividade econômica, concentra mais de 7 milhões de frangos de corte e atingiu R$ 284 milhões no ano passado. Em seguida aparece o setor de grãos, que movimentou 22,1% do VBP de 2015.

Colonizada por alemães e italianos, Toledo (132 mil habitantes, segundo IBGE 2015), concentra aos seus arredores várias indústrias e cooperativas, entre elas, a Coamo, Primato, Copagril, C.Vale, Globo Aves e Friella. No ano passado, o município ocupou a 10ª posição do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), um levantamento realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Segundo a pesquisa, Toledo tem alto desenvolvimento socioeconômico e o destaque foi em saúde, com índice de 0,9088. Já o segmento de educação atingiu 0,8237 e emprego e renda alcançou 0,8195.

Enquanto isso, no vizinho...

A iniciativa público-privada na construção e conservação de estradas rurais em Toledo serve como modelo para o escoamento da produção agrícola. Diante dos gargalos logísticos, os produtores ficam a mercê e dependem totalmente da vontade pública. Exemplo disso, não ocorre muito longe de Toledo. A 46 quilômetros dali, em Cascavel (312 mil habitantes, IBGE 2015), os produtores vivem um calvário na hora de escoar a produção.

A área rural do município concentra 3,5 mil quilômetros e, segundo a presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Cascavel, Jovir Vicentini Esser, em dias chuvosos nenhum carro passa pela maioria das estradas.

Hoje, a área destinada às atividades agropecuárias é de 206 mil hectares, com uma produção de 102 mil suínos. Já na vizinha Toledo, o plantel soma mais de 1 milhão de cabeças em 75 mil hectares de produção agrícola. “Isso compromete o escoamento da safra de grãos e de outras atividades na nossa região. Se tivéssemos boas estradas poderíamos aumentar a nossa produção, assim como desenvolver o turismo rural”, critica Jovir.

Modelo de Gestão

No último dia 5 de fevereiro, um grupo de 82 produtores rurais, liderado pelo presidente do Sindicato Rural de Irati, Mesaque Kecot Veres, esteve no Sindicato Rural de Toledo para conhecer o programa das Rodovias Rurais. Durante o encontro, o secretário José Augusto apresentou o modelo de gestão para a construção das estradas rurais em Toledo. O evento reuniu produtores, o diretor-secretário Livaldo Gemin, o presidente do Sindicato Rural de Toledo, Nelson Natalino Paludo, o deputado estadual José Carlos Schiavinato, o deputado federal Dilceu Sperafico e o prefeito de Toledo, Beto Lunitti.

R$ 100 milhões para recuperar a malha

Em janeiro, logo após as chuvas que colocaram em colapso as estradas rurais de boa parte do Estado, o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, enviou ofício ao governo do Paraná pedindo a atenção da administração pública para o problema. Como de hábito nas intervenções da instituição, a FAEP não apenas apontou problemas, mas propôs sugestões.

“Com a atual situação financeira do Estado e da União, obter recursos necessários para as obras de restabelecimento da infraestrutura no meio rural é tarefa difícil. Contudo, vimos sugerir solução através do remanejamento de recursos já previstos e que podem ser redirecionados para tal fim, especialmente num momento crucial para o escoamento da safra agrícola que começa a ser colhida”, diz o documento.

A sugestão do Sistema FAEP é que o governo do Estado cancele o contrato para a duplicação do trecho rodoviário da PR-323, entre Paiçandu e Cafezal do Sul, que deveria ocorrer sob a forma de PPP. Em vez disso, a duplicação seria sob a forma de concessão, sem contrapartida do Estado. Assim, os recursos já comprometidos com o projeto poderiam ser destinados à recuperação da infraestrutura rural.

O varejo fica com a melhor parte

Fatia paga ao produtor cai, expondo pecuária de leite ao risco, com a alta dos preços de ração e insumos

O produtor brasileiro de leite terá de passar 2016 com um olho no rebanho e outro nos indicadores econômicos. Depois de perder espaço para o varejo na composição do preço final do produto nos últimos dois anos, em 2016 ele deve enfrentar um cenário que inclui uma demanda limitada pelo desempenho ruim da economia brasileira, a ameaça do crescimento das importações e prováveis aumentos de preços nos insumos.

A questão mais delicada é a da participação do pecuarista no preço final dos produtos da cadeia láctea. Levantamento da consultoria MilkPoint mostrou que a fatia do produtor ficou em 36,6% em 2015 – ou seja: de cada R$ 1,00 pago pelo consumidor no supermercado, R$ 0,36 foram para o bolso do criador de gado de leite. Essa participação vem caindo sem parar desde 2012 e valor do ano passado é, de fato, mais baixo desde 2009.

Ao mesmo tempo, desde 2010 a indústria também vem perdendo espaço, conforme mostra o gráfico ao lado. O grande vencedor nessa queda de braço entre os componentes da cadeia é o varejo, que viu sua participação nos preços crescer exatos 50% desde 2008 – sua fatia era de 22,4% naquele ano, e alcançou 33,6% em 2015. “Nada mais óbvio”, escreve o engenheiro-agrônomo Valter Bertini Galan, analista da MilkPoint, em um relatório datado da semana passada. “Enquanto as quatro maiores redes varejistas do mercado detêm 65% do faturamento do setor, as 12 maiores indústrias lácteas compram somente cerca de 38% da produção nacional. É um setor muito pulverizado negociando com um elo cada vez mais concentrado.”

O poder econômico das redes de supermercados, portanto, se sobrepõe aos outros participantes do mercado. Essa distorção preocupa os produtores. “Está havendo uma transferência de receita do setor produtivo e industrial para o setor do varejo. O varejo não sofre o mesmo impacto do aumento de custos como os produtores e a indústria”, afirma o presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados, Wilson Thiesen.

A reação existe, mas a fragilidade persiste

Para este ano, há alguns fatores que indicam a possibilidade de recuperação de preços para o produtor. O excesso de chuvas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste tende a prejudicar a oferta. Além disso, os mercados futuros apontam para altas de 16% para a soja e 34% para o milho ao longo deste ano, o que deve forçar o produtor a buscar a recomposição dos preços. Neste começo de ano, alguns movimentos já vem ocorrendo: o preço médio do litro de leite UHT vendido no varejo de São Paulo subiu de R$ 1,92 , no fim de dezembro, para R$ 2,12, na primeira semana de fevereiro.

Essa recuperação pode animar os produtores, mas há dúvidas sobre seu fôlego, e mesmo se ela vai ser suficiente. O acompanhamento de mercado feito pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), aponta que os preços ao produtor em 2015 registraram pico em agosto, mas queda nos quatro meses subsequentes. Em janeiro deste ano, os preços recebidos pelo produtor foram 4,5% menores que no mesmo mês de 2015, descontada a inflação.

A tendência sazonal no final e início de todo o ano é de uma diminuição do valor pago ao produtor, já que o período é considerado de maior produção. Mas em 2015/2016 ocorreu o contrário. No Paraná, a indústria registrou queda de 0,76% no volume de captação, o que comprometeu os estoques esperados para o período. “Para evitar a perda do fornecimento, o setor impediu a redução do preço pago ao produtor. Esse ano os preços reagiram pela primeira vez no Paraná, o preço bruto subiu 1% e o líquido 0,51%”, avalia o engenheiro-agrônomo Wagner Hiroshi Yanaguizawa, pesquisador do Cepea.

Será o suficiente? Talvez não. “A formação de preços está em poder do varejo, o poder de decisão do preço está se concentrando fora da porteira. Portanto, o produtor está hoje em uma posição de grande fragilidade”, diz Yanaguizawa.

Gestão eficiente para manter o caixa em dia

Galan, da MilkPoint, destaca o impasse com relação aos custos de produção. ”A alta média dos insumos foi de 20%. Contabilizamos ainda o aumento de 20% dos preços da soja e do milho, que influenciam diretamente o preço da ração. A alta do dólar afeta medicamentos, fertilizantes, peças de reposição da ordenha que têm preços dolarizados e ainda 11,5% da mão de obra com o reajuste do salário mínimo em janeiro e que indexa todos os salários. Tudo isso complica ainda mais a vida do produtor de leite”, diz.

Por isso, o analista afirma que a gestão da produção de leite em 2016 passa a ser mais relevante que em outros anos. “O nível de complexidade da produção de leite é bem mais alto que o dos grãos. O produtor tem de ser um excelente agricultor, nutricionista, um bom extrator de leite, com eficiência, higiene, sanidade e ainda saiba armazenar e comercializar a matéria-prima em condições adequadas e seguras”, observa o especialista.

O pesquisador Yanaguizawa, do Cepea, sugere ao produtor um rigoroso controle dos custos de produção da atividade. “Entre os pecuaristas de leite ainda é difícil fazer esse acompanhamento. Porém é essencial o controle dos seus custos de produção e a única forma de minimizar os custos e maximizar a rentabilidade econômica da atividade. Só assim o produtor consegue fazer um diagnóstico correto de onde ele pode estar gastando a mais com algum determinado insumo, ou, até mesmo fazer um planejamento no curto-médio prazo da sua produção num fluxo de caixa”, completa.

A tabela abaixo mostra o aumento do custo de produção comparando dados de 2014/2015 e a perda do poder de compra do produtor. De acordo com o técnico do Cepea, os custos de produção aumentaram ano passado em média 9%. Dessa forma, o produtor teve que produzir mais para adquirir os itens essenciais para a produção e manter seu poder de compra.

Relação de troca leite X insumos

***Quantos litros de leite foram precisos para comprar.....**

Insumos	2014	2015	Variação
Concentrado 22% PB (t)	952,57	958,99	0,67%
Uréia (t)	1318,51	1638,79	24,29%
Antibiótico[1] (50 ml)	14,45	17,99	24,49%
Antimastítico (10 ml)	8,37	7,01	-16,19%
Sal Mineral (30 kg)	67,58	74,13	9,69%
Herbicida 2,4D (litro)	13,39	15,87	18,54%

***Fonte Cepea/Esaq** Preços dos insumos referentes ao Estado do Paraná divididos pelo preço líquido recebido pelo produtor paranaense.

Foco na Gestão

No último dia 16 de fevereiro, a Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP reuniu cerca de 40 produtores, especialistas em mercado e produção leiteira para apresentar estratégias de enfrentamento da crise causada pelo aumento de custos de produção e os preços do leite pagos ao produtor. O tema foi sugerido pela produtora rural Lisiane Rocha Czech, integrante da comissão que abriu a reunião com um relato sobre o atual quadro na sua propriedade. Quatro profissionais, que atuam no mercado paranaense, em cooperativas e como consultores e técnicos apresentaram sugestões com foco na gestão da propriedade.

Além de produtora rural Lisiane, também é presidente do Sindicato Rural de Teixeira Soares. Por isso, tem ouvido muitas queixas de produtores de leite sobre as dificuldades de produção. "Muitos produtores estão desistindo da atividade e o que é pior vendendo seus animais para pagar contas. Uma situação muito preocupante", informa.

Desde 2005 Lisiane mantém um rigoroso controle de custo mensal da sua atividade leiteira. Com uma propriedade de 200 hectares, 30 ha são destinados para a produção de alimento para o rebanho de 230 animais, em regime de semiconfinamento. "Não produzo tudo que as vacas consomem na propriedade, mas os números de 2015 são muito preocupantes. Comparando os resultados, em 2014 meu lucro por litro foi R$ 0,34 e em 2015 foi R$ 0,01".

A produtora conta que começou a produção de leite em 1998, e desde que iniciou o processo de gestão nunca teve um resultado tão ruim quanto o de 2015. "Foi o pior ano desde que comecei a fazer o controle de gestão. Por vaca tive uma taxa de remuneração em 2014 de 32% e em 2015 de 4,65%. Não fiquei no vermelho, mas praticamente empatei os valores. Esperamos que o preço do leite reaja em 2016, precisamos de um reajuste de no mínimo R$ 0,10 por litro nos próximos dias", desabafa.

Na avaliação da líder sindical o item que está pesando mais no bolso do produtor é a alimentação dos animais. "No meu caso eu compro ingredientes para oferecer um composto de qualidade aos animais para manter o nível de produção que são de 2,4 mil litros/dia". Em segundo lugar, os itens que estão pesando na produção de leite é o custo da energia elétrica e a mão de obra. Lisiane comenta que tem ouvido de pequenos produtores da região oferta de venda de vacas leiteira. "Para os pequenos produtores de leite é mais difícil manter a atividade em uma época de crise como essa", finaliza.

Vendendo animais

Lisiane Czech: "2015 foi o pior ano desde 2005"

Para o produtor rural Arthur Sawatzky, da Colônia Witmarsum, município e Palmeira, a saída para não ficar no vermelho foi vender alguns animais. Assim ele conseguiu fechar as contas até o mês de outubro de 2015. "Nos meses de novembro e dezembro acumulei um déficit de R$ 24 mil reais no total. Como trabalho com animais de alta tecnologia foi uma perda. Atualmente, os animais que vendi estão me fazendo falta para reposição do rebanho, mas foi a saída que tive para equilibrar as contas. O preço do leite pago ao produtor precisa se revisto", afirma.

No total o produtor tem um rebanho com 210 animais, sendo 110 vacas em lactação, que produzem 29 litros/dia, e o restante com novilhas e vacas secas. No total o produtor se desfez de 57 animais entre novilhas puras, uma vaca top e animais de descarte involuntário.

Preocupado com a cotação do leite (para ele em 11/02 R$ 1,06 por litro) que mal cobre o preço de um quilo de ração (R$ 0,92) Arthur lembra outra grande crise que abalou o setor de produção de leite no Paraná em 1997/98. "Da porteira para dentro o custo de produção já está bem ajustado, e acho difícil reduzirmos ainda mais, porque o custo de produção é que aumentou. A indústria por sua vez está com margens reduzidas. O varejo/distribuidor é que estão ganhando sem correr riscos. Eles estão ficando com a fatia maior dos preços finais, pois estão literalmente com a faca e o queijo na mão", avalia Sawatzky.

Como solução para reverter esse quadro o produtor acha que as exportações deveriam ser ampliadas e isso poderia equilibrar o mercado para os três segmentos – produtor/indústria/varejo. Produtor de leite há 34 anos, Sawatzky acredita que só terá condições de se manter nesse quadro caótico o produtor que tiver alto padrão de tecnologia de produção.

Eficiência, eficiência, eficiência

A opção apresentada pelo engenheiro-agrônomo e consultor da B&M Consultoria, José Manuel de Mendonça, de Cascavel foi o controle estratégico do rebanho, dos custos e da comercialização.

"O produtor precisa ter uma assistência técnica que seja comprometida com resultados econômicos, financeiros, zootécnicos e agronômicos. É impossível fazer uma coisa isolada da outra", explica.

Da porteira para fora o especialista orienta o produtor a analisar e fazer planilha de custos, renegociar o preço pago por litro de leite, trocar de laticínio, se for o caso, para obter melhor remuneração e fortalecer as associações de produtores e sindicatos rurais. "Unidos eles têm mais força", afirma.

Da porteira para dentro o maior desafio do produtor segundo o consultor é criar rotinas de trabalho e registro. "Assim o produtor terá condições de criar indicadores próprios, comparar seus números com outras propriedades e chegar a pontos específicos onde

José Manuel: "o produtor precisa ter uma assistência técnica comprometida"

poderá visualizar a situação da sua propriedade e quais os pontos que precisa melhorar. Assim terá referências", completa Mendonça.

Atualmente a B&M Consultoria acompanha cerca de 200 propriedades rurais que produzem leite na região Oeste do Estado. Mas um fato preocupante é a dificuldade que o produtor tem de registrar suas rotinas. "Do total de propriedades acompanhadas apenas 100 adotam o acompanhamento de gestão. Para se ter uma noção da resistência do produtor em ter novos hábitos é o fato da maioria deles ser fornecedor de um grande laticínio da região e não aceitar fazer as planilhas, nem mesmo recebendo do laticínio para isso", lamenta.

Mendonça orienta ainda que não basta apenas fazer o registro dos dados das etapas e custo de produção é preciso reverter essas informações em indicadores e índices e na sequência em ações práticas na propriedade. "A partir dai o produtor terá condições de saber onde está e como pode melhorar sua produção obtendo o maior retorno financeiro da sua atividade", finaliza.

É isso que o produtor rural Amarildo Bassani, do município de Araruna, região de Campo Mourão está fazendo. "Faço há três anos com eles o acompanhamento reprodutivo do rebanho de 380 animais, sendo 140 em lactação, com a B&M Consultoria. Resolvi esse ano mudar o manejo, de gado a pasto para semi-confinamento. As vacas ainda estão em adaptação e a produção caiu de 26 litros/dia para 23 litros/dia. Esse foi o primeiro passo para implantar o modelo com uma planilha de custo mais aprofundada, mas entendi que é necessário para me manter na atividade", informa.

Bassani: "Tenho que admitir que lidar com a tecnologia é o maior desafio"

Bassani reconhece que tem dificuldades de lidar com a informática e até tinha um controle de seus custos no computador, mas teve uma pane no equipamento e perdeu todos os dados. "Não sabia que tinha que fazer o backup (uma cópia de segurança). Agora conto com a ajuda da minha filha Beatriz para reorganizar os dados. A parceria está dando certo e ela vem se interessando cada vez mais pela atividade rural e a produção de leite", afirma.

A partir de março o produtor pretende iniciar a implantação de rotinas e o uso sistemático de planilhas. "Tenho que admitir que lidar com a tecnologia é o maior desafio, mas acho que encontrei uma fórmula de investir na gestão da atividade de leite, porque também tenho agricultura e na sucessão familiar", conclui.

O segundo convidado foi o médico-veterinário e assistente técnico da Cooperativa Witmarsum, Edilson José Vieira, que fez um exercício de provocação sobre o que fazer diante da crise. Para isso ele formulou 16 perguntas aos participantes, destacamos algumas: Onde estão as anotações sobre a produção? Quem calcula os custos de produção? Onde está o seu maior custo? Seu rebanho está em equilíbrio? Quantas vezes já mudou de laticínio? Já viveu esta situação em outra época? Você acredita que vai sobreviver a mais uma crise? Você acredita que só o preço recebido resolve? Você qualifica sua mão de obra?

A intenção de Vieira foi mostrar ao produtor que ele deve estar em alerta constante sobre o gerenciamento da propriedade. "As crises de mercado sempre acontecem, infelizmente, mas o produtor deve conhecer seu rebanho, sua produção de forma visceral. Só assim terá condições de revisar sua planilha e redirecionar ações que possam ajudá-lo a superar momentos difíceis como este que enfrentamos agora com uma alta significativa do custo da alimentação, volta da inflação e queda do consumo de produtos lácteos", diz.

O terceiro palestrante do encontro foi o gerente de Produção Agropecuária da Emater Paraná, Hernani Alves da Silva, que apresentou os grandes desafios dos pequenos produtores de leite no Estado. Segundo ele esse grupo tem como maior problema a falta de assistência técnica.

"Hoje o Paraná tem cerca de 100 mil produtores de leite e desse total 49 mil produtores produzem menos de 50 litros dia e não tem assistência técnica. A Emater consegue atender 15 mil produtores, outros 5 mil são atendidos com chamadas públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e outros 10 mil conseguem apoio de organizações não-governamentais. Mas para produzir é preciso profissionalizar", diz.

O quarto palestrante foi o gerente de Negócios leite da Cooperativa Castrolanda, Henrique Costales Junqueira, que foi enfático. "Em qualquer tempo, de crise ou não, o produtor tem sempre que aumentar sua eficiência em todos os processos. Além dessa postura ele precisa aprender a trabalhar em separado dois itens: custo de produção e fluxo de caixa".

De acordo com Junqueira há uma tendência do produtor em misturar as duas coisas. No curto prazo ele orienta o produtor a apertar o processo de avaliação do rebanho e ficar apenas com os animais que tem maior índice de produtividade. "Como não há uma receita única de solução se o produtor for crítico em relação a sua propriedade verá que sempre existem muitas oportunidades de melhoria dentro da porteira", finaliza.

Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná / **CONSELEITE-PR**

RESOLUÇÃO Nº 02/2016

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 16 de fevereiro de 2016 na sede FAEP na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em janeiro de 2016 e a projeção dos valores de referência para o mês de fevereiro de 2016, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes.

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE - JANEIRO/2016*

Matéria Prima	Valor Projetado em janeiro/2016	Valor Final janeiro/2016	Diferença (final-projetado)
Leite PADRÃO	0,9034	0,9159	0,0125

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE - JANEIRO/2016 E PROJETADOS PARA FEVEREIRO/2016*

Matéria Prima - Valores Finais	Valor Final janeiro/2016	Valor Projetado em fevereiro/2015	Diferença (projetado-final)
Leite PADRÃO	0,9159	0,9313	0,0154

(*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural

Observações: Os valores de referência indicados nesta resolução correspondem a matéria-prima leite denominada "Leite PADRÃO", que se refere ao leite analisado que contém 3,50% de gordura, 3,10% de proteína, 400 mil células somáticas /ml e 300 mil ufc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de fevereiro de 2016 é de

R$ 1,8371/litro.

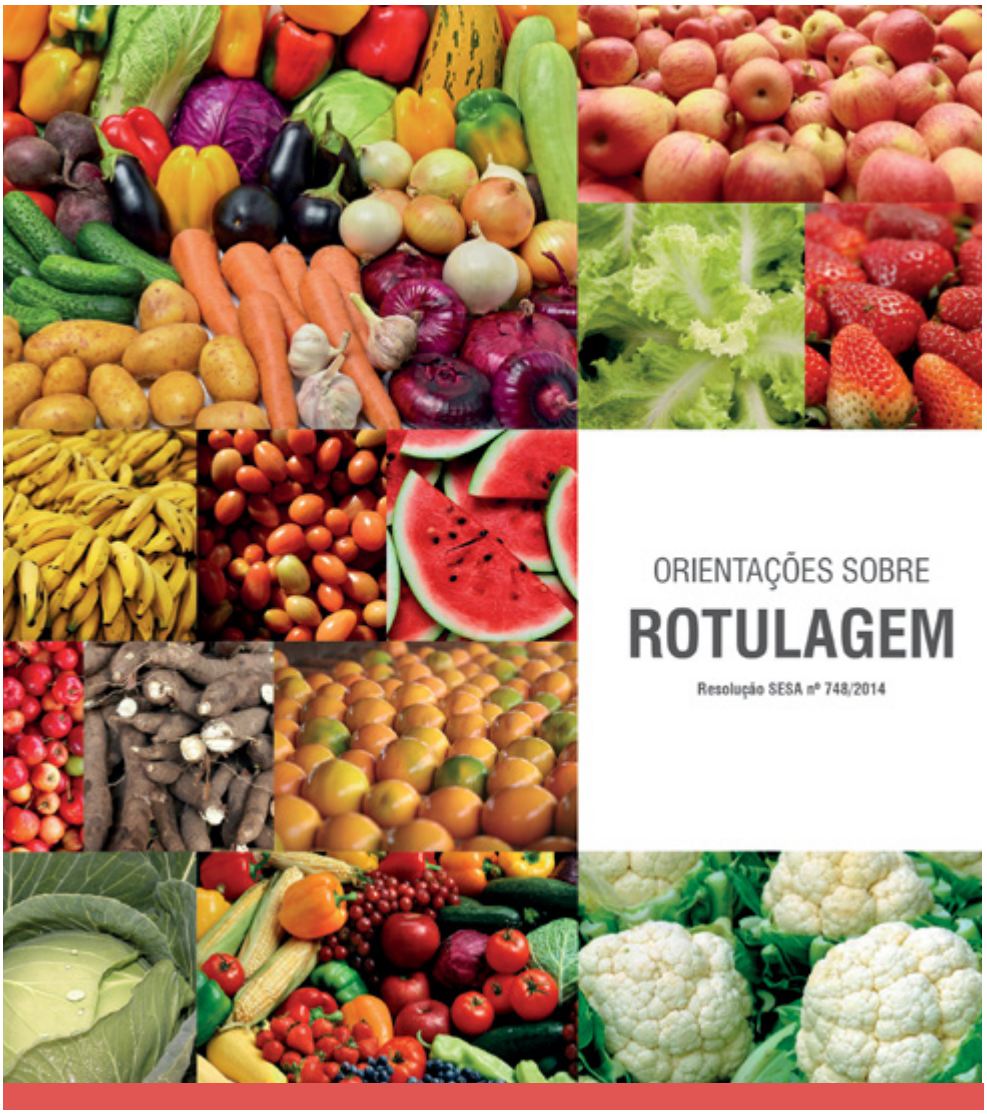
Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite-Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: ***www.sistemafaep.org.br/conseleite***

Curitiba, 16 de fevereiro de 2016

WILSON THIESEN Presidente | **RONEI VOLPI** Vice - Presidente

Você está preparado?

A partir de junho, a rotulagem será obrigatória no Paraná para todas as frutas, verduras e legumes



Desde julho de 2015 está em vigor a Resolução Sesa nº 748/2014 que regulamenta a rotulagem de produtos hortícolas in natura a granel e embalados, produzidos, distribuídos ou comercializados no Estado. Na primeira etapa, a rotulagem se tornou obrigatória para dez alimentos de origem vegetal: banana, cebola, cenoura, couve-flor, laranja, maçã, morango, repolho, tomate e uva.

Em 17 de dezembro de 2015, mais 11 produtos entraram na lista do Programa Alimento Rastreado que exige a rotulagem de frutas, verduras e legumes disponíveis à venda no comércio do Paraná. Agora, a rotulagem é obrigatória para abacaxi, abobrinha, aipim, alface, batata, chuchu, goiaba, mamão, melancia, pepino e pimentão.

O próximo passo, a partir de 9 de junho de 2016, é a obrigatoriedade da rotulagem a todos os demais produtos. "O objetivo é garantir a rastreabilidade dos alimentos em toda a cadeia produtiva, do campo à mesa do consumidor. Todo mundo ganha. Os produtores rurais terão seus nomes vinculados aos seus alimentos, os comerciantes poderão identificar seus fornecedores e o consumidor vai poder escolher melhor o que comprar", afirmou o diretor técnico da Central de Abastecimento (Ceasa-PR), Eder Eduardo Bublitz.

Segurança alimentar ao alcance de todos

Outro benefício diz respeito à segurança dos produtos comercializados. A identificação dos produtos no comércio vai facilitar o trabalho da vigilância sanitária quando encontrar um produto de qualidade duvidosa, possibilitando chegar ao responsável pelo produto.

Segundo Eder, desde que a medida foi implantada, estão sendo realizadas ações conjuntas entre Ministério Público, Vigilância Sanitária e Ceasa-PR nas regiões onde possuem unidades da Ceasa. "Estamos promovendo reuniões, orientando os atacadistas, produtores e discutindo as melhorias para a implementação da

rotulagem", destacou Eder.

De acordo com o engenheiro-agrônomo Marcos Andersen, do Centro Estadual de Vigilância Sanitária, a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (Sesa) está coordenando o processo de implementação da Resolução nº 748/2014, junto às regionais e as secretarias municipais de Saúde em todo o Estado. A medida já foi incorporada nos 399 municípios paranaenses e, segundo um levantamento realizado em 106 municípios, desde setembro até o final de novembro de 2015, a Sesa fiscalizou 1.330 estabelecimentos. Desse total, 861 estavam adequados à nova legislação, sendo que 469 estabelecimentos não estavam de acordo com as normas e foram expedidos 79 autos de infração.

Andersen destacou ainda que recentemente a Sesa, em parceria com a Ceasa-PR e a Vigilância Municipal de Curitiba, realizou uma operação na Ceasa em Curitiba onde foram abertos 67 processos administrativos de apuração de irregularidades. "Nós observamos que as dificuldades encontradas não ocorrem em relação à adesão da rotulagem conforme prevê a resolução , mas sim as mudanças em que os agricultores, distribuidores, atacadistas e varejistas tem que adotar em suas rotinas de trabalho. A necessidade de uma maior organização e controle dos processos".

Ações de orientação

O Paraná é o primeiro Estado do país a exigir a rotulagem de frutas, verduras e legumes disponíveis à venda no comércio local. Ao longo de 2015, o Sistema FAEP/SENAR-PR, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Ceasa-PR, a Associação Paranaense de Supermercados (Apras), com o apoio da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado Paraná (Fetaep), a Secretaria Municipal de Abastecimento (Smab), o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (Crea-PR), a Sesa, secretarias municipais de Agricultura e de vigilância Sanitária Municipal e Associação de Produtores, promoveram mais de 30 eventos em forma de oficinas com a participação de mais de 3 mil pessoas. "Essas oficinas tiveram como objetivo informar e orientar técnicos, produtores, atacadistas e varejistas sobre quais as informações e padrões devem conter nos rótulos de frutas e hortaliças para adequação desses produtos para comercialização", destacou a engenheira-agrônoma Elizangeles de Souza, do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP.

Acesse o site da rotulagem:
http://rotulagem.sistemafaep.org.br/

O inimigo de Oswaldo ressurge

Franco Iacomini

Paisagem no centro do Rio antigo: criadouro de mosquitos e ratos no "túmulo dos estrangeiros"

Um dia o doutor Bento – médico famoso em sua época, chegou a ser inspetor-geral da Saúde Pública no tempo do Império – flagrou o filho Oswaldo, ainda muito jovem, fumando. Sempre muito educado, ele, delicadamente, fez o filho ver todos os malefícios do tabaco para o organismo (que já era conhecidos, mesmo em fins do século 19).

Oswaldo ouviu tudo calado. Terminada a advertência, perguntou, em voz baixa e respeitosa:

— Se é assim, por que o senhor fuma?

Argumento decisivo. Bento nunca mais fumou. Oswaldo também não.

A história é contada, mais ou menos dessa forma, pelo médico e escritor Gastão Pereira da Silva, um dos primeiros biógrafos do sanitarista Oswaldo Cruz – sim, é ele o Oswaldo dessa historinha. O caso revela um pouco da personalidade questionadora deste grande brasileiro, cuja história deve ser relembrada neste momento em que o Brasil enfrenta os mesmos inimigos que ele encarou no início do século passado: mosquitos, epidemias, ignorância e uma revolta direcionada ao adversário errado.

Oswaldo Cruz nasceu em São Luís do Paraitinga, no Estado de São Paulo. Formou-se em Medicina no Rio de Janeiro em 1892 e, quatro anos depois, mudou-se para Paris, onde estagiou no Instituto Pasteur. Lá, foi beneficiado por uma bolsa de estudos: o diretor do Pasteur, Émile Roux, concedeu o benefício em gratidão às doações feitas pelo imperador Dom Pedro II (que havia deixado o trono em 1889, com a Proclamação da República).

Quando Oswaldo desembarcou no Pasteur, essa era a instituição de ponta no estudo das doenças patogênicas (transmitidas por micro-organismos como vírus e bactérias) e no desenvolvimento de soros e vacinas. Ao voltar ao Brasil, em 1899, trazia conhecimentos que se mostrariam valiosos para combater

a peste bubônica, que chegaria naquele ano à cidade de Santos a bordo de um navio de procedência portuguesa.

O problema era que, à época, o soro contra a peste tinha de ser importado da França – justamente do Instituto Pasteur. Além de demorar para chegar, não havia remédio em quantidade suficiente. Assim, o governo brasileiro decidiu abrir um laboratório próprio, o Instituto Soroterápico Federal, cuja direção técnica coube ao médico paulista. A direção técnica, porque naquela época (como hoje, aliás) o comando geral das instituições não ficava com as pessoas de maior conhecimento, mas com aquelas ligadas ao poder político – no caso, o barão de Pedro Affonso. O instituto se tornaria o embrião da atual Fundação Oswaldo Cruz, principal organização de pesquisa em saúde no país. Não consta que exista nenhuma instituição

No Rio de Janeiro, onde ficava a sede do Instituto Soroterápico, a questão da saúde era ainda mais precária que em Santos. Em um caso que ficou famoso, em 1895 o navio italiano Lombardia atracou no Rio para uma visita de cortesia. A tripulação foi recebida com festa, e até o presidente Prudente de Morais participou dos eventos. Dos 340 tripulantes do Lombardia, entretanto, 333 adoeceram, com febre amarela. Desses, 240 morreram. Navios com destino à Argentina e ao Uruguai faziam o possível para não parar no Brasil e, especialmente, no Rio de Janeiro, conhecido como "túmulo de estrangeiros".

Foi nesse cenário que Oswaldo Cruz assumiu o cargo de diretor geral da Saúde Pública, nomeado pelo presidente Rodrigues Alves, em 1903. Seus objetivos eram três: erradicar a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. O primeiro passo foi reformar a legislação a sanitária, mexendo até com o código de construções da cidade, então capital federal. Edificações insalubres no Centro da cidade foram demolidas, obrigando muita gente a se mudar para os subúrbios e os morros. Mais de 100 cortiços foram demolidos. A população reclamava, e Oswaldo Cruz tornou-se figura impopular. Com isso os ratos, transmissores da peste bubônica, perdiam seus abrigos.

Ele também iniciou o combate aos mosquitos, entendendo que eram eles os vetores da epidemia – uma ideia considerada estranha à época. O médico empenhou-se pessoalmente na confecção de folhetos e artigos na imprensa da época – chamados de "Conselhos ao Povo" – em que explicava o modo de transmissão, descrevia os mosquitos e ensinava como tratar a doença. Ao mesmo tempo, brigadas sanitárias invadiam casas para aplicar inseticidas à base de petróleo.

Crescia, com isso, a oposição às medidas de Oswaldo Cruz, que continuava, entretanto, fiel aos seus objetivos. A gota d'água veio com a vacinação obrigatória contra a varíola. Em 1904 uma epidemia da doença instalou-se no Rio. A vacinação não era uma unanimidade sequer entre os médicos, quanto mais no povo em geral. Em julho daquele ano, uma mulher morreu dias após vacinar-se, e os adversários de Oswaldo Cruz espalharam pela imprensa que foi porque ela adquiriu a doença justamente por causa da imunização. Era mentira, mas a reação popular foi violenta, com tiroteios nas ruas e adesão de uma guarnição militar, que queria derrubar Rodrigues Alves.

Em 17 de novembro, o Rio foi colocado em estado de sítio e a lei da vacina obrigatória foi revogada – os institutos vacinariam apenas quem assim quisesse. Ao todo, 23 pessoas morreram durante a Revolta da Vacina. Os militares presos foram condenados a trabalhos forçados no Acre.

Mesmo com oposição, as epidemias ficaram no passado e um novo Rio, limpo e orgulhoso, emergiu da crise. E Oswaldo Cruz tornou-se um herói da saúde pública nacional.

Em tempos de mosquitos, zika e dengue, é saudável ter em mente a trajetória de Oswaldo Cruz. E lembrar que vencer essas doenças depende de determinação e pode, de vez em quando, exigir medidas impopulares.

Oswaldo Cruz, patrono da pesquisa brasileira em Medicina

Janeiro foi do agronegócio

Tânia Moreira

Economista do Departamento Técnico e Econômico/FAEP

A balança comercial do Paraná encerrou o primeiro mês do ano com saldo positivo de US$ 133,89 milhões. Este valor foi maior que o déficit comercial de US$ 152,1 milhões obtido em janeiro de 2015.

Apesar da queda do valor exportado em janeiro de 2016, comparativamente a janeiro de 2015, o saldo comercial encerrou positivo, registrando-se forte contração do valor importado (-30,16%), sob o efeito da desvalorização do real.

O agronegócio respondeu por 81% das exportações do Estado, aumentando sua participação em relação a janeiro de 2015. O valor exportado pelo agronegócio manteve-se praticamente estável em relação a janeiro de 2015, em US$ 703,63 milhões, e as importações registraram redução de 23,5%. Com isso a balança comercial do agronegócio paranaense encerrou o mês com saldo positivo de US$ 606,454 milhões, contribuindo expressivamente para o saldo positivo da balança comercial do Estado.

BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ

	Exportação (milhões US$)			Importação (milhões US$)			Saldo (milhões US$)	
	jan/15	jan/16	(%)	jan/15	jan/16	(%)	jan/15	jan/16
Paraná - Total	903,90	871,43	-3,59%	1.056,00	737,54	-30,16%	-152,10	133,89
Agronegócio	698,22	703,63	0,78%	127,06	97,20	-23,50%	571,16	606,44
Demais produtos	205,69	167,80	-18,42%	928,94	640,35	-31,07%	-723,26	-472,55
Participação (%) do agronegócio	77%	81%	-	12%	13%	-	-	-

Fonte: MDIC. Elaboração: DTE | FAEP - Fevereiro 2016

Em volume, as exportações paranaenses do agronegócio cresceram 31%, totalizando a quantidade recorde de 1,62 milhões de toneladas para um mês de janeiro, contanto com uma série histórica desde 2000. Contudo o preço médio de exportação recuou em torno de 23%, e por isso o valor exportado em dólares não acompanhou a alta do volume exportado.

Preços menores de exportação em dólares são reflexos dos menores preços globais das commodities e o do cenário macroeconômico mundial de retomada do crescimento nas economias desenvolvidas, que tem se revelado lento, e desaceleração das economias emergentes, que tem motivado a aversão ao risco nos mercados financeiros.

Segundo o Índice de Preço de Alimentos da FAO, que mede os preços médios globais de um grupo de commodities agrícolas, o recuo do preço em janeiro, em relação ao mesmo período do ano passado, foi de 16%. Para cereais, especificamente, o recuo também foi de 16% refletindo amplos suprimentos globais e o dólar forte pesando sobre os preços do trigo e do milho.

Como maiores parceiros comerciais do Paraná em janeiro detiveram participação de 53% no valor exportado: União Europeia, China, Japão, Arábia Saudita, Índia e Estados Unidos.

O grupo carnes registrou a maior participação no valor exportado pelo Estado, com destaque para carne de frango que registrou volume recorde exportado para o mês de janeiro. Em valor, a carne de frango recuou 6% em relação a janeiro de 2015, devido a preços médios de exportação em dólares 17% inferiores ao ano passado. Os principais parceiros comerciais do grupo carnes foram: Arábia Saudita, União Europeia e China.

O complexo soja foi o segundo grupo de maior valor exportado, com destaque para soja em grãos com volume embarcado que cresceu cinco vezes em relação ao volume de janeiro de 2015. Foram embarcadas 236,2 mil toneladas, com valor de US$ 88,6 milhões. A queda dos preços médios de exportação, -6,3% em relação a janeiro do ano anterior, foi compensada pelo aumento da quantidade embarcada. A China foi nosso principal parceiro comercial nas exportações de soja em grão.

O grupo de produtos florestais obteve o terceiro maior valor exportado, com queda de 6,4% em relação ao ano passado e aumento de 17% no volume embarcado. Dentro deste grupo, o destaque foi a madeira com valor exportado de US$ 62,9 milhões. Os destinos para este grupo exportador foram diversificados, sendo os principais mercados os Estados Unidos, Argentina e China.

As exportações de milho foram outro destaque no mês de janeiro sendo recorde na quantidade e volume embarcado, embora o preço médio de exportação em dólar tenha recuado 12% em relação a janeiro do ano anterior. A quantidade embarcada foi de 603,79 milhões de toneladas, com crescimento de 61%, o valor exportado cresceu 43,1% totalizando US$ 96,6 milhões. Os embarques expressivos do milho são explicados pela competividade no mercado internacional, com a moeda brasileira desvalorizada em relação ao dólar. Isto diminui a disponibilidade do produto no mercado interno, o que pode pressionar os custos na cadeia de carnes.

O cenário para exportações para os próximos meses permanece submetido ao quadro econômico mundial, com tendência de preços pressionados das commodities. A recuperação da economia americana e da economia europeia determinarão os movimentos do dólar. Além disso, a queda expressiva no preço do petróleo também tem marcado influência nos mercados globais de commodities.

	2016	2015	Variação (%)	2016	2015	Variação (%)
	Valor (milhões US$)	Valor (milhões US$)		Peso (toneladas)	Peso (toneladas)	
EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO PARANAENSE	**703,63**	**698,22**	**0,78%**	**1.626.167**	**1.241.737**	**30,96%**
CARNES	183,63	185,03	-0,76%	124.632	106.938	16,55%
CARNE DE FRANGO	156,04	165,57	-5,76%	111.980	99.024	13,08%
CARNE SUÍNA	10,82	7,50	44,13%	5.591	2.792	100,26%
CARNE BOVINA	9,59	3,95	142,78%	3.088	1.157	166,82%
COMPLEXO SOJA	180,49	123,37	46,30%	476.049	228.894	107,98%
SOJA EM GRÃOS	88,63	20,22	338,37%	236.270	50.479	368,06%
FARELO DE SOJA	62,96	47,16	33,51%	197.608	109.500	80,46%
OLEO DE SOJA	28,89	55,99	-48,39%	42.170	68.915	-38,81%
PRODUTOS FLORESTAIS	106,68	114,01	-6,43%	156.128	133.448	17,00%
MILHO	96,68	67,56	43,11%	603.790	374.954	61,03%
COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO	54,92	99,72	-44,92%	193.230	268.443	-28,02%
CAFÉ	32,22	30,75	4,77%	7.651	5.507	38,94%

Fonte: MDIC. Elaboração: DTE | FAEP - Fevereiro - 2016.

Situação das safras

Fernando Aggio

Engenheiro-Agrônomo do Departamento Técnico e Econômico/FAEP

SOJA - Estimativas e condições da cultura no Estado

A safra se encontra com 41% da área colhida no Paraná. 49% encontra-se no estádio de maturação, 44% em frutificação e 7% no estádio de floração. 82% considerada em boas condições, 16% em médias condições e 2% condições ruins.

Área plantada se concretizou em 5.262.381ha, 3% maior que a safra anterior. A produtividade estimada é de 3.436 kg/ha, 3% acima da safra 14/15 e a produção esperada é acima de 18 milhões de toneladas, 7% maior em relação a safra anterior. A cultura se recuperou do excesso de chuvas e baixa luminosidade registradas no mês de novembro e dezembro, apresentando um desenvolvimento normal nos estádios reprodutivos.

A ocorrência de lagartas foi menor do que nos anos anteriores, sendo necessárias menos intervenções com inseticidas. Ataques de percevejos se intensificaram no mês de fevereiro principalmente nas áreas de plantio mais tardio, mas o controle está adequado. Ferrugem asiática ocorrendo em todas as regiões do estado, com controle satisfatório.

Na região Norte do Estado as chuvas ocorridas no mês de janeiro deixaram várias estradas em condições ruins e algumas pontes ruíram nas regiões de Londrina e Maringá. A colheita na região está adiantada e houve um aumento no custo do frete principalmente devido a utilização de estradas alternativas que aumentaram a distância percorrida até o recebedor.

MILHO - 1ª safra - Estimativas e condições da cultura no Estado

A 1ª safra está com 24% da área colhida e o produto apresenta boa qualidade. O milho que ainda está no campo está com 1% no estádio de floração, 40% na frutificação e 59% em estádio de maturação fisiológica. 90% considerada em boas condições, 9% em condições médias e 1% em condições ruins. A área total plantada é de 425.472 ha, sendo 22% menor do que a safra do ano anterior e a produção esperada é de 3.615.055 t, também 22% menor do que a produção anterior. A produtividade esperada é de 8.503 kg/ha, 1% menor do que a safra 2014/2015.

MILHO 2ª safra - Estimativas de plantio e condições da cultura no Estado

A 2ª safra está com 60% da área plantada, índice puxado pelas regiões de Toledo e de Pato Branco que estão finalizando o plantio. As condições da lavoura são as seguintes: 40% em germinação, 60% em desenvolvimento vegetativo. 98% considerada em boas condições e 2% em condições médias. Ataques de percevejos em quase todas as áreas, sem danos maiores para a cultura devido ao bom controle com inseticidas.

A área total plantada é de 2.028.225ha, sendo 5% maior do que a safra do ano anterior e a produção esperada é de 11.812.181 t, 2% maior do que a produção da 2ª safra de 2015. A produtividade esperada é de 5.824 kg/ha, 3% menor que a safra do ano passado.

FEIJÃO 1ª safra - Estimativas de plantio no Estado

O Feijão 1ª Safra está com 91% da área colhida e a previsão de produção é de 294.540 toneladas, 9% menor do que a safra anterior. A área de plantio foi de 180.244 ha, 6% menor que a safra anterior. A produtividade esperada inicialmente era de 1.812 kg/ha mas devido às chuvas na colheita a estimativa caiu para 1.665 kg/ha, 2% menor do que a safra 2014/15. 44% do feijão a colher apresenta boas condições, 45% médias condições e 12% condições ruins. 77% está no estádio de maturação e 23% em frutificação.

FEIJÃO 2ª safra - Estimativas de plantio no Estado

A 2ª safra de feijão tem uma previsão de plantio de 202.222 ha, 3% menor que a 2ª safra do ano anterior. A produção estimada é de 391.431 toneladas, 2% maior que a anterior e com rendimento estimado em 5% acima da 2ª safra 14/15 com 1.936kg/ha.

Está com 79% da área plantada, 19% em estádio de germinação e 81% em desenvolvimento vegetativo. 86% das lavouras em boas condições, 12% em médias condições e 2% em condições ruins de desenvolvimento.

TABELAS COMPARATIVAS SOJA/MILHO/FEIJÃO – SAFRAS 14/15 E 15/16

Estimativa de Área, Produção e Rendimento das Safras 14/15 – 15/16

CULTURAS	ÁREA (mil ha)			PRODUÇÃO (toneladas)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	14/15	15/16	%	14/15	15/16	%	14/15	15/16	%
FEIJÃO 1ª	193	180	-6	324.545	294.540	-9	1.698	1.665	-2
FEIJÃO 2ª	208	202	-3	382.414	391.431	2	1.841	1936	5
MILHO 1ª	542	425	-22	4.653.234	3.615.055	-22	8.607	8.503	-1
MILHO 2ª	1.923	2.028	5	11.388.714	11.812.181	2	5.923	5.824	-3
SOJA	5.104	5262	3	16.949.607	18.084.008	7	3.321	3.436	3

Fonte: SEAB/DERAL / Elaboração: DTE/FAEP

PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES

PRODUTOS	VALORES (R$)			
	jan/15	jan/16	Variação	Preço 16/02/2016
Soja	55,75	70,82	27,03%	**69,79**
Milho	20,73	29,6	42,79%	**32,85**
Feijão de cor	143,17	171,48	19,77%	**187,59**
Feijão preto	126,04	133,68	6,01%	**146,46**
Trigo	30,34	38,3	26,24%	**39,75**

Fonte: SEAB/DERAL / Elaboração: DTE/FAEP

Fontes consultadas: SEAB/DERAL | Consórcio Antiferrugem, http://www.consorcioantiferrugem.net/portal/ | Informativo Plante seu Futuro (12/02/2016) | Comissão Técnica de Cereais Fibras e Oleaginosas: José Antonio Borghi (Maringá), Nelson Paludo (Toledo), Anton Gora (Guarapuava), Getulio Ferrari Jr. (Campo Mourão), Eduardo Medeiros Gomes (Castro).

Líquido e certo

Projeto piloto em Marechal Cândido Rondon incentiva uso de cisternas para aproveitar a água das chuvas

O produtor Heitor Osterkamp e sua mãe Delcia Osterkamp, na Linha Ajuricaba

O Paraná está repleto de exemplos de sustentabilidade e iniciativas que estão fazendo a diferença no campo. É o caso do produtor Heitor Edmundo Osterkamp, de Marechal Cândido Rondon, que há seis meses está captando água das chuvas para utilizar na granja de 800 suínos. Através de cisternas, a água, que antes escorria pelas telhas e não era aproveitada, agora é consumida pelos animais.

O produto captado pelo telhado do aviário escorre pelas calhas, passa por dois filtros, um que separa a sujeira, outro que limpa o líquido com cloro, até chegar a tonéis que jogam a água na cisterna. Na propriedade de 12 hectares, rodeada pela Bacia do rio Ajuricaba, a cinco quilômetros de Marechal Cândido Rondon, Heitor cria 12 mil aves e termina 800 suínos.

Embora ele more na área rural, toda a água usada na propriedade é canalizada pelo Sistema Autônomo de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE) da cidade. Com a cisterna, cuja capacidade é de 500 mil litros, o produtor comenta que já reduziu a conta de água em torno de 40%. “Toda a água canalizada pela cisterna é utilizada nas atividades da granja nos bebedouros dos suínos. Ainda está cedo para avaliar os resultados, mas já deu para sentir uma diferença em relação à economia de água na propriedade, que hoje custa em torno de R$ 350 por mês”, destaca.

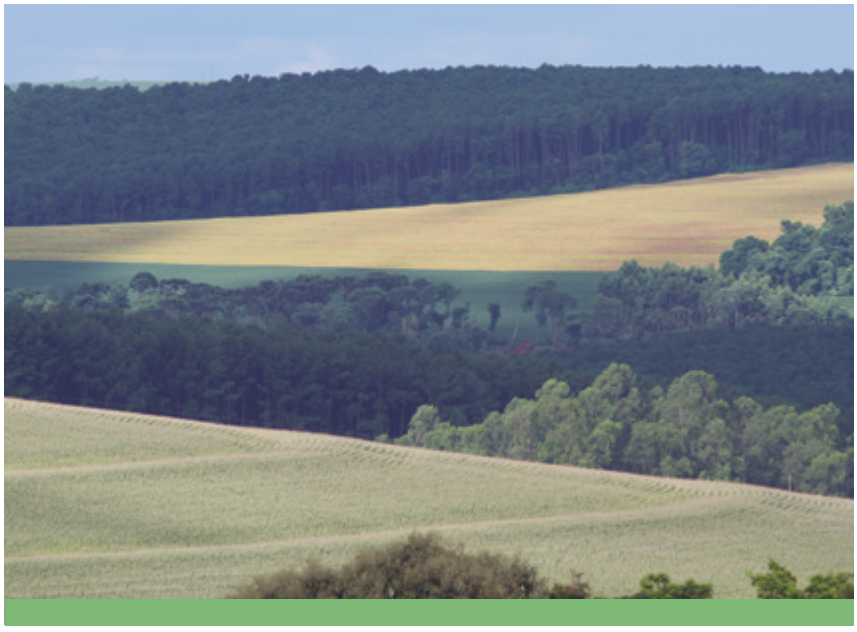
Heitor e mais dois produtores de Marechal Cândido Rondon fazem parte de um projeto piloto, resultado de uma parceria com a Itaipu Binacional, por meio do programa Cultivando Água Boa, nasceu a partir de um estudo realizado pelo SAAE. A pesquisa apontou um alto índice de consumo de água nas atividades agropecuárias, especialmente na avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite.

Segundo o técnico ambiental Fábio Alexandre Regelmeire, do SAAE, as 473 propriedades rurais de Marechal Cândido Rondon consomem mais água que os 48.000 habitantes do município. Enquanto o consumo médio de uma família (considerando higiene, alimentação e limpeza) é de 130 litros por dia, em média, uma pocilga de suínos chega a consumir 10 mil litros. “O fornecimento de água sobrecarregou algumas linhas e, em algumas propriedades, já estava no limite. Com isso, pensamos na instalação de cisternas para aproveitar a água das chuvas, também pensando na questão de sustentabilidade e meio ambiente”, explica Fábio.

O custo inicial de instalação das cisternas fica entre R$ 30 mil e R$ 40 mil. E os idealizadores do projeto garantem que em menos de setes anos o produtor rural consegue recuperar o valor investido. De acordo com Fábio, 18 produtores já se cadastraram para participar do projeto piloto e há a previsão da instalação de oito cisternas este ano.

Esforço concentrado para o CAR

No Paraná apenas 50% da área já está cadastrada, restando apenas 70 dias para o fim do prazo



O prazo final para que os produtores rurais façam o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é 5 de maio de 2016. Apenas 50% das propriedades paranaenses já fizeram o CAR. Se o produtor não cumprir esse prazo, perde também uma série de benefícios que a legislação traz, como o de áreas consolidadas em sua propriedade; licenciamento ambiental da propriedade (documento obrigatório para implantar ou ampliar as atividades rurais como: avicultura, suinocultura e piscicultura); acesso a crédito rural e linhas de financiamento junto às instituições financeiras a partir de 2017 e não poderá realizar qualquer modificação em cartórios.

O Sistema FAEP/SENAR-PR participa de um esforço coletivo de mobilização dos produtores rurais para realização do CAR que envolve o governo do Estado através das secretarias de Agricultura e do Abastecimento, de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Instituto Florestal do Paraná (IFPR) e Emater.

A ideia é promover diversas ações, além de uma campanha de divulgação, para esclarecer os produtores sobre a necessidade do cadastramento e as dificuldades para o proprietário rural que não cadastrar sua propriedade.

Também são parceiros das atividades o Sistema Ocepar, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep), Associação Paranaense de empresas de Base Florestal (Apre) e Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep).

O Paraná ocupa o 3º lugar no ranking nacional de realização de cadastro, atrás apenas de Minas Gerais (1º) e São Paulo (2º), mas isso ainda é pouco. Em muitos municípios paranaenses o índice de realização do CAR não chega a 20% da área total a ser cadastrada.

A nova legislação do Código Florestal Brasileiro, aprovada em 2012, trouxe para o produtor rural dois instrumentos de regularização ambiental - o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA). O CAR é a porta de entrada para essa regularização. “O cadastro vai funcionar a partir de agora como uma carteira de identidade da propriedade. O produtor não pode perder o prazo”, recomenda a engenheira-agrônoma e técnica do Departamento Técnico e Econômico da FAEP, Carla Beck.

No CAR o produtor vai declarar suas propriedades rurais, as Áreas de Preservação Permanente (APP’s) e mata ciliar, as áreas de Reserva Legal (RL) se houver, a vegetação nativa e a área produtiva.

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área passível de realização do CAR no Paraná é de 15.391.782 de hectares. Deste total, 7.727.063 de hectares foram cadastrados no período de 5 de maio de 2014 a 11 de fevereiro de 2016.

O Sistema FAEP/SENAR-PR tem concentrado esforços na capacitaçao de profissionais no auxilio do preenchimento do CAR, Até o momento já foram capacitados cerca de 5 mil técnicos de prefeituras, da Emater, funcionários dos sindicatos rurais, cartorários e da Federação da Agricultura dos Trabalhadores (Fetaep).

Previdência social rural

Leonardo Piantavini e Eleutério Czornei | Assessoria Jurídica da FAEP

Para fins previdenciários, segurado especial é, em síntese, o produtor que, individualmente ou com a família e mesmo com ajuda eventual de terceiros, desenvolve a atividade econômica rural em área de até quatro módulos fiscais (art. 11, VII, da Lei nº 8.213/1991). No Paraná, o módulo fiscal pode variar entre cinco e 30 hectares, sendo que a média é de 18 hectares.

O produtor rural que não se enquadre nesse conceito (ou seja, que tenha empregado permanente ou área explorada superior a quatro módulos fiscais) será considerado contribuinte individual no regime geral de previdência social.

Para ambos são assegurados todos os benefícios disponibilizados pela previdência, incluindo a aposentadoria. Contudo, o contribuinte individual deverá comprovar o recolhimento mínimo – carência – para a modalidade de aposentadoria que pretende alcançar:

- Aposentadoria por idade aos 65 anos para o homem e 60 para as mulheres (carência de 180 contribuições);

- Aposentadoria por tempo de contribuição: contribuição mínima de 35 anos para os homens e 30 para as mulheres, e utilização da fórmula 85/95. A fórmula é a soma da idade da pessoa com o tempo de contribuição com o INSS; o número deve somar 85 para as mulheres e 95 para homens, segundo regra vigente pela Lei nº 13.183/2015.

O segurado especial terá direito somente a aposentadoria por idade e deverá demonstrar além do atingimento da idade, de 60 anos para homem e 55 para mulher, a comprovação do efetivo exercício da atividade rural pelo prazo de 15 anos (180 meses), ainda que descontínua, em período imediatamente anterior ao pedido do benefício.

Com relação ao desenvolvimento da atividade, a Lei nº 8.213/1991 elenca no artigo 106 os documentos capazes de comprovar o exercício do trabalho campesino. Dentre os documentos, destacamos o bloco de notas de produtor rural (veja como conseguir o bloco de notas diretamente na prefeitura do seu município, de acordo com a Norma de Procedimento Fiscal nº

031/2015 da Receita Estadual do Paraná).

A interpretação da expressão "exercício da atividade rural em período imediatamente anterior" para fins de concessão de aposentadoria rural ao segurado especial sempre foi objeto de discussões em processo administrativo perante o INSS e, consequentemente, de ações no Poder Judiciário.

Para pacificar o entendimento quanto ao tema e orientar os Tribunais Regionais assim como o próprio INSS para o (in)deferimento dos benefícios, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) publicou o acórdão do Resp 1354908/SP - representativo de controvérsia para o tema 642 – no último dia 10 de fevereiro.

A decisão, não tendo transitado em julgado ainda, fixou entendimento no sentido de que para concessão da aposentadoria por idade, o segurado especial deve demonstrar simultaneamente no momento do requerimento do benefício o atingimento da idade necessária (60 anos para os homens e 55 para as mulheres) e o efetivo exercício da atividade rural pelo prazo de 15 anos, ainda que de forma descontínua no período imediatamente anterior ao requerimento.

Assim, mesmo que preenchidos os demais requisitos previstos pela lei, caso o segurado especial complete a idade de 60 anos para homens e 55 para mulheres, e não esteja desenvolvendo a atividade rural ou não demonstre que a exerceu até o momento do requerimento, não fará jus ao benefício.

O STJ fez apenas a ressalva aos segurados especiais que em momento anterior completaram os dois requisitos, e ainda não solicitaram o benefício. Ou seja, caso o segurado especial tenha completado a idade necessária em 2012 e naquele período estivesse desenvolvendo a atividade rural e somente agora veio a requerer, fará jus ao benefício.

O entendimento expressado na decisão do STJ, em que pese firmado agora, já era há muito propagada pelo grande mestre e referência para temas previdenciários, a quem fazemos questão de homenagear, Dr. João Cândido de Oliveira Neto, autor do manual "Previdência Social Rural em Perguntas e Respostas" e consultor de previdência do Sistema FAEP/SENAR-PR, responsável por inúmeras palestras proferidas aos produtores rurais e treinamentos para os colaboradores dos sindicatos rurais.

Para tirar dúvidas e buscar esclarecimentos sobre previdência social rural, aposentadorias, e ou segurado especial, procure o sindicato rural de sua região.

FUNDEPECPR
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ

INFORME

Veja também no site
www.fundepecpr.org.br

FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 31/01/2016

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R$				DESPESAS EM R$			SALDO R$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS/ BANCÁRIAS	
	1-13	14						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-	-	138.681,09	542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	31.451.792,55	-	2.341.952,64	-	38.091.178,25
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	3.279.259,92	-	181.518,99	-	15.631.666,75
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342,576,48	-	3.198.426,70	-	-	-	7.022.961,33
Setor de Equideos	53.585,00	23.737,78	-	127.708,32	-	-	-	205.031,10
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	12.587,50	-	-	-	18.426,11
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	159.466,14	-	-	-	243.474,05
Pgto. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-		77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	141.031,00	-	-		-	141.031,00
TOTAL	**20.744.182,00**	**4.624.105,00**	**141.031,00**	**38.367.922,22**	**542.225,27**	**2.664.502,63**	**77.567,43**	**61.135.170,16**
SALDO LÍQUIDO TOTAL								**61.135.170,16**

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045388/O-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

Embrapa lança novas sementes

Durante a 28ª edição do Show Rural Coopavel, no período de 1º a 5 fevereiro em Cascavel, as variedades de sementes encheram os olhos dos produtores. Somente na Estação Experimental da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), foram lançadas três novas cultivares de soja: a BRS 1010 IPRO, a BRS 388RR e a BRS 399RR.

Com a tecnologia Intacta RR2 PROTM, a primeira cultivar reúne características como a resistência ao herbicida glifosato para o manejo de plantas daninhas e também tem a toxina Bacillus thuringiensis (Bt) que auxilia no controle de algumas espécies de lagartas.

A BRS 1010 PRO é uma variedade precoce, com crescimento indeterminado e excelente potencial produtivo. Além disso, apresenta resistência a doenças como cancro da haste e mancha olho de rã. Segundo a pesquisadora da Embrapa, Divania Lima, ela é indicada para Santa Catarina, Paraná e São Paulo. No país, 28 milhões de sacas de soja são colocadas no mercado todo ano. Desse volume, apenas 10% com a tecnologia Bt.

A segunda variedade, BRS 388 RR, se destaca por ser uma cultivar precoce que pode ser utilizada em sistemas de produção que utilizam a safrinha de milho. Entre seus diferenciais, estão a resistência a doenças, como o cancro da haste, podridão radicular, de Phytophthora e mosaico comum da soja. A nova cultivar é indicada para o plantio no Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais.

A BRS 399RR é uma cultivar que apresenta alto potencial produtivo, além de boa sanidade. É resistente aos nematoides de galha Meloidogyne incógnita e Meloidogyne javanica e às raças 3 e 14 do nematoide de cisto. Devido a sua precocidade favorece a semeadura da segunda safra de milho. É indicada para o plantio em Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

NOTA

Show Pecuário 2016

No último dia 3 de fevereiro, o Sindicato Rural de Cascavel promoveu um jantar para lançar a 2ª edição do Show Rural Pecuário. O evento será realizado nos dias 26, 27, 28 e 29 de julho no Parque de Exposições Celso Garcia Cid, em Cascavel. Leilões, julgamento de bovinos, equinos e ovinos, palestras e expositores de vários segmentos ligados ao agronegócio, estão entre as atrações do evento. Saiba mais, acesse: http://www.showpecuario.com.br/

As últimas caravanas

Há 28 anos o Sistema FAEP/SENAR-PR participa do Show Rural, garantindo o acesso do produtor rural a um dos maiores eventos de tecnologia e inovação do setor agropecuário. Neste ano, ao longo de cinco dias, o Sistema levou ao evento mais de 8,1 mil produtores rurais, em 197 caravanas de todos os cantos do Paraná. Confira as fotos das caravanas de Cascavel, Irati, São José dos Pinhais e Terra Rica, no último dia do evento.

Juranda

Geleias

O Sindicato Rural de Juranda realizou, nos dias 19 e 20 de novembro de 2015, o curso Produção Artesanal de Alimentos - geleias, doces de corte e doces pastosos. Participaram 11 produtoras rurais com a instrutora Silvia Lucia Neves. O presidente do sindicato, Benjamim Mendes da Cruz Neto participou do encerramento.

Ribeirão do Pinhal

Culinária Oriental

O Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal realizou, nos dias 5 e 6 de novembro de 2015, em parceria com o Centro de Referência de Assistência Social do município o curso Produção Artesanal de Alimentos – Culinária Oriental. Participaram 14 produtoras com a instrutora Maria Luzinete Pina.

Sertanópolis

NR 33

O Sindicato Rural de Sertanópolis realizou, em parceria com a Seara Agroindústria, nos dias 9 e 10 de novembro de 2015 , o curso Trabalhador na Segurança no Trabalho - NR 33 - trabalho em altura - 16 horas. Participaram nove trabalhadores rurais com o instrutor Clovis Michelim Biasuz.

Porecatu

Agrotóxicos

O Sindicato Rural de Porecatu realizou no dia 23 de novembro de 2015, o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos NR 31.8, em Florestópolis, na Usina Alto Alegre. Participaram 10 trabalhadores rurais com o instrutor Aeslândio Antônio Figueira.

Cornélio Procópio

Milho

Nos dias 25 e 26 de novembro de 2015 o Sindicato Rural de Cornélio Procópio realizou o curso de Produção Artesanal de Alimentos – básico em milho. Participaram 14 produtoras rurais com a instrutora Maria de Fátima Bueno Bittencourt.

São João

Frutas hortaliças

O Sindicato Rural de São João realizou, em parceria da APMI e o Clube de Mães de Ouro Verde, nos dias 16 e 17 de novembro de 2015, o curso de Produção Artesanal de Alimentos - conservação de frutas e hortaliças - conservas molhos e temperos. Participaram 12 produtoras rurais com a instrutora Ednilza Godoy Vieira.

Palotina

Tratorista

O Sindicato Rural de Palotina, em parceira com a Equagril Equipamentos Agrícolas Ltda, realizou nos dias 16 e 17 de novembro de 2015, na sede da empresa o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas – Trator NHT 7000. Participaram 13 trabalhadores rurais com a instrutora Silvana de Fatima Ribeiro Olzewski.

Terra Roxa

Motoniveladora

O Sindicato Rural de Terra Roxa realizou de 9 a 13 de novembro de 2015 o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Motoniveladora - patroleiro avançado. Participaram 12 trabalhadores com o instrutor Marcos Antônio Rezende. O sindicato contou com a parceria da Secretaria de Agricultura e a Prefeitura de Terra Roxa.

Doce e duradouro

Talvez o leitor já tenha ouvido falar que arqueólogos encontraram potes de mel em tumbas do Antigo Egito, e que ele ainda estava comestível. Uma pena, mas a história não é bem assim. Os pesquisadores acharam muitos desenhos mostrando apicultores e registros de que os egípcios usavam mel na alimentação de humanos e até de animais. Mas não mel em potes ou favos. Em todo caso, o mel é conhecido por durar muito. A razão é química: embora seja um líquido, há muito pouca água em sua composição, de modo que as bactérias que provocam a decomposição dos alimentos não conseguem se alojar nele.

Quadros encomendados

O pintor vai à galeria de arte e pergunta ao dono se alguém se interessou pelos seus quadros. O dono responde:

— Olha, eu tenho uma boa notícia e uma má...

— Então conte a boa primeiro — pediu o artista.

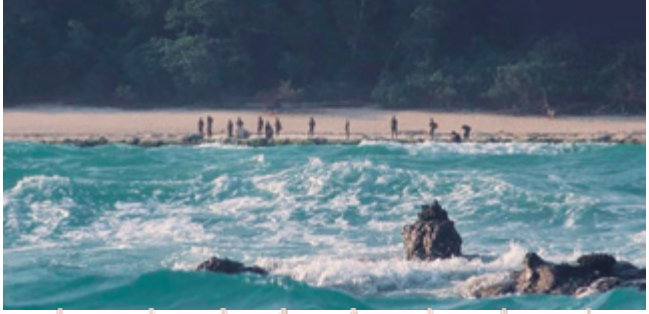
— A boa é que eu falei para um cliente que se você morrer as suas obras vão triplicar de valor. Ele comprou todas as pinturas.

— Que excelente notícia! O que pode ser ruim?

— A ruim é que esse cliente é o seu médico!

Sentinelas a postos

A ilha Sentinela do Norte tem 72 quilômetros quadrados e fica ao N orte do arquipélago de Andaman, no Oceano Índico. No papel, faz parte do território da Índia. Na prática, o governo indiano não apita nada por lá. Quem manda mesmo são os sentinelenses, conhecidos como o povo mais hostil do mundo. Estima-se que haja até 500 nativos vivendo na ilha, coberta por densas florestas. Eles recusam qualquer contato com estranhos. Quando as autoridades da Índia tentaram enviar auxílio aos sentinelenses após o tsunami de 2004, a população local recebeu os helicópteros com flechadas. O último encontro foi acidental e envolveu dois pescadores que estavam à deriva e buscaram socorro em uma praia da Sentinela do Norte. Seus corpos foram recuperados por uma missão militar indiana, dias depois.



216 línguas

são faladas no Brasil, segundo o Ethnologue, o maior banco de dados de linguagens do planeta. A maior parte é de línguas indígenas, mas a lista inclui também os idiomas dos imigrantes (o mais importante é o alemão, falado por 1,5 milhão de pessoas). Há 99 línguas classificadas como "moribundas": são faladas por algumas dezenas de pessoas ou por grupos étnicos com menos de 500 representantes vivos.

Magro como um morcego

Nenhum mamífero tem digestão tão rápida como o morcego. Muitos deles completam o processo da ingestão até a eliminação dos restos alimentares, em 30 minutos. Esse é o segredo desses animais para se manterem magrinhos. Caso contrário, não conseguiriam voar.

Bom apetite!

Na foto enviada pelo leitor Daniel Verderio, em Centenário do Sul, a borboleta está fazendo uma bela refeição de néctar. Bom apetite, amiguinha!

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo e-mail: ***imprensa@faep.com.br***

Plutônio

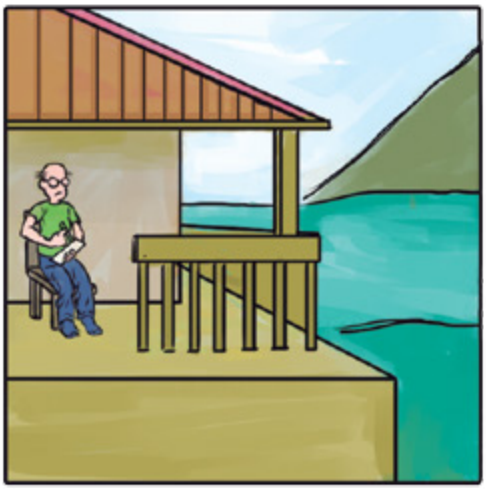
O plutônio foi um dos primeiros elementos químicos criados pelo homem. Ele não é encontrado na natureza, mas surgiu em 23 de fevereiro de 1941, quando um grupo de cientistas americanos o identificou em uma amostra de urânio que havia sido bombardeada com átomos de deutério. Altamente radioativo, ele é um dos componentes do lixo das usinas nucleares. Durante a guerra fria, foi utilizado para a produção de bombas atômicas, como a que foi usada no bombardeio da cidade japonesa de Nagasaki, em 1945.

Magrela popular

O maior evento esportivo anual em termos de público é uma competição de ciclismo. Estima-se que 12 a 15 milhões de pessoas acompanhem a Volta da França nos locais de competição. A volta deste ano será disputada em 21 etapas, entre 7 e 24 de julho, e o trajeto total somará 3.519 quilômetros.

Que país é esse?

Há diversas bandeiras parecidas mundo afora. Algumas vezes isso até provoca confusão – nos Jogos Olímpicos de 1984, alguém hasteou a bandeira do Texas em lugar da do Chile em uma das partidas de futebol. Mas em nenhum caso as semelhanças são tão grandes como entre os símbolos do Chade (uma nação do Centro da África) e da Romênia (na Europa). O assunto chegou a ser discutido em um encontro oficial entre os presidentes Idriss Deby, do Chade, e Traian Basescu, da Romênia, em 2011.



ESTRATÉGIA É TUDO

Um homem, já bem idoso, vivia sozinho em sua casa. Lembrando o passatempo preferido da falecida esposa, ele queria preparar a terra do jardim para plantar flores. O trabalho, entretanto, era pesado demais para alguém com a sua saúde frágil. Seu único filho, que costumava ajudá-lo em tarefas que exigissem força bruta, estava na prisão. Sentindo-se impotente diante da missão, ele então escreveu uma carta ao jovem.

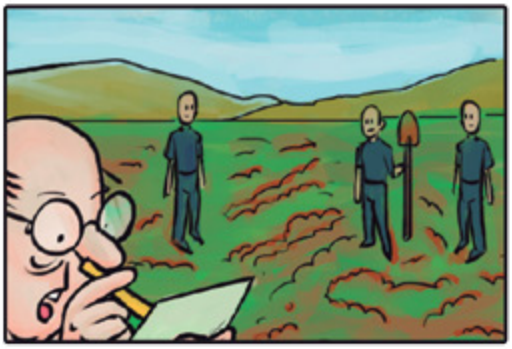
— Querido filho, não vou poder plantar meu jardim este ano. Fico muito triste, porque você lembra que a sua mãe sempre adorou flores. Estamos na época certa para o plantio, mas eu estou velho demais para cavar a terra. Se você estivesse aqui, eu não teria esse problema. Sinto sua falta. Com amor, seu pai.

Pouco depois, o pai recebeu o seguinte telegrama: "Pelo amor de Deus, pai, não escave o jardim! Foi lá que eu escondi os corpos!"

Como as correspondências eram monitoradas pela polícia, no mesmo dia uma dúzia de agentes apareceram e cavaram o jardim inteiro, sem encontrar qualquer corpo. Confuso, o velho escreveu uma nova carta para o filho, contando o que tinha acontecido. E o filho, desta vez por carta, mandou sua resposta:

— Pode plantar seu jardim agora, paizinho. Isso foi o máximo que eu pude fazer no momento.

Moral da história: estratégia é tudo!!! Nada como uma boa estratégia para conseguir coisas que parecem impossíveis e vencer os obstáculos mais difíceis.



Endereço para devolução:
Federeção da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

- ☐ Mudou-se
- ☐ Falecido
- ☐ Desconhecido
- ☐ Ausente
- ☐ Recusado
- ☐ Não procurado
- ☐ Endereço insuficiente
- ☐ Não existe o nº indicado
- ☐ Informação dade pelo porteiro ou sindico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável

SISTEMA FAEP
SENAR PARANÁ · FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ · SINDICATO RURAL

SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo está disponivel no site: **sistemafaep.org.br**